

***O DIREITO ADMINISTRATIVO
NA ATUALIDADE***

***Estudos em homenagem ao centenário
de HELY LOPES MEIRELLES
(1917-2017)***

Defensor do Estado de Direito

**ARNOLDO WALD
MARÇAL JUSTEN FILHO
CESAR AUGUSTO GUIMARÃES PEREIRA
(Organizadores)**

**PREFÁCIO DO
MINISTRO GILMAR FERREIRA MENDES**

O DIREITO ADMINISTRATIVO NA ATUALIDADE
Estudos em homenagem ao centenário de
HELY LOPES MEIRELLES (1917-2017)
Defensor do Estado de Direito

© ARNOLDO WALD, MARÇAL JUSTEN FILHO e
CESAR AUGUSTO GUIMARÃES PEREIRA (Orgs.)

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

08.2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito administrativo na atualidade : estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017) defensor do estado de direito / Arnaldo Wald, Marçal Justen Filho, Cesar Augusto Guimarães Pereira (organizadores) ; prefácio do Ministro Gilmar Ferreira Mendes. – São Paulo : Malheiros, 2017. 1208 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0381-9

1. Direito administrativo - Brasil. 2. Administração pública. I. Wald, Arnold. II. Justen Filho, Marçal. III. Pereira, Cesar Augusto Guimarães. IV. Mendes, Gilmar Ferreira. V. Meirelles, Hely Lopes.

CDU 342.9(81)
CDD 342.8106

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo : Brasil 342.9(81)
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

110595

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> – GILMAR FERREIRA MENDES	9
<i>Apresentação – O centenário de HELY LOPES MEIRELLES</i>	11
<i>Curriculum Vitae do Homenageado</i>	15
<i>Bibliografia de HELY LOPES</i>	19
<i>Retrato de HELY LOPES MEIRELLES</i> – EURICO DE ANDRADE AZEVEDO	29
<i>Discurso de saudação a Hely Lopes Meirelles (prêmio Pontes de Miranda, conferido pelo Instituto dos Advogados do Distrito Federal)</i> – HENRIQUE FONSECA DE ARAUJO	43
<i>Sobre os Autores</i>	49
<i>Do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado à Concessão Urbanística</i> – ADILSON ABREU DALLARI	59
<i>A ressignificação da eficiência nas empresas estatais à luz da Lei 13.303/2016</i> – ALÉCIA PAOLUCCI NOGUEIRA BICALHO	73
<i>Considerações sobre as relações do Estado e do Direito na Economia</i> – ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	91
<i>A evolução do conceito jurídico de autorização na doutrina brasileira</i> – ALEXANDRE WAGNER NESTER	108
<i>A dimensão humana de Hely Meirelles</i> – ALICE MARIA GONZALEZ BORGES	129
<i>Autorização de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros de titularidade dos Estados: reflexões a partir da obra de Hely Lopes Meirelles</i> – AMAURI FERES SAAD ...	132
<i>O construtivismo pragmático de Hely Lopes Meirelles e o seu legado para o direito administrativo brasileiro</i> – ANDRÉ CASTRO CARVALHO e OTAVIO AUGUSTO VENTURINI DE SOUSA	162
<i>Um jurista e suas publicações: um diálogo com a produção acadêmica de Hely Lopes Meirelles (1959-1989)</i> – ANDRÉ RODRIGUES JUNQUEIRA	183
<i>A política agressora da suspensão de segurança em face dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos</i> – ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	193
<i>Natureza, efeitos e vícios das recomendações do Ministério Público</i> – ARAKEN DE ASSIS e GIANFRANCESCO GENOSO	204
<i>Os atos bifaces no Direito Bancário</i> – ARNOLDO WALD	211
<i>Conexão e continência no Processo Administrativo</i> – ARRUDA ALVIM	228
<i>Panorama acerca da nova Lei de Mediação e os seus reflexos na Administração Pública</i> – AUGUSTO NEVES DAL POZZO e ANA CRISTINA FECURI	240

<i>O direito à fruição “in natura” da concessão pública e sua expropriação indireta abusiva</i> – CARLOS ARI SUNDFELD	251
<i>Mandado de Segurança e CPC de 2015: homenagem a Hely Lopes Meirelles</i> – CASSIO SCARPINELLA BUENO	262
<i>Efeitos Patrimoniais da Sentença do Mandado de Segurança</i> – CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA	284
<i>Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a Transparên- cia Internacional</i> – CRISTIANA FORTINI e FABRÍCIO MOTTA	296
<i>Elementos para configuração do ato de improbidade administrativa</i> – EDGAR GUIMA- RÃES	315
<i>A natureza jurídica da responsabilidade administrativa por dano ambiental</i> – ÉDIS MILARÉ	333
<i>Passado, presente e futuro: ensaio sobre a história do controle judicial da administração no Brasil</i> – EDUARDO JORDÃO	350
<i>Atos administrativos negociais</i> – EGON BOCKMANN MOREIRA	363
<i>A obra de Hely Lopes Meirelles na formação do direito administrativo brasileiro</i> – FER- NANDO MENEZES DE ALMEIDA	372
<i>Direito administrativo como controle</i> – FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES	387
<i>Responsabilidade extracontratual das empresas estatais</i> – FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA ...	403
<i>Mutabilidade nos contratos concessionais: aspectos endocontratuais e procedimentais</i> – FLAVIO AMARAL GARCIA	426
<i>Direito claramente determinado: a necessária evolução da aplicação do princípio da moralidade nos processos sancionadores</i> – FLAVIO JAIME DE MORAES JARDIM e FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA	442
<i>A cláusula de “Step-in Rights” no contexto das concessões de serviços públicos</i> – FLO- RIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO e CARLOS EDUARDO BERGAMINI CUNHA	457
<i>A teoria do órgão e suas implicações na representação judicial dos Poderes da República</i> – GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA	484
<i>Assimetria regulatória no setor de transporte coletivo de passageiros: a constituçõ- nalidade do art. 3º da Lei 12.996/2014</i> – GUSTAVO BINENBOJM	502
<i>“Convênio é acordo, mas não é contrato”</i> : contributo de Hely Lopes Meirelles para a evolução dos acordos administrativos no Brasil – GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA	516
<i>Novos contornos da autocontenção judicial: discricionariedade nas fronteiras da judi- cialização</i> – IRENE PATRÍCIA NOHARA	528
<i>As sociedades em conta de participação e a participação de sócios ocultos com serviços</i> – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	548
<i>Raízes da regulação no Brasil</i> – JACINTHO ARRUDA CÂMARA e FILIPE NATAL DE GASPARI	555
<i>O regime jurídico das oportunidades de negócios para as estatais</i> – JOEL DE MENEZES NIEBUHR	575
<i>A Capital Federal – Brasília</i> – JOSÉ AFONSO DA SILVA	592

<i>A origem e o futuro do Direito Administrativo</i> – JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO	607
<i>Hely Lopes Meirelles, o doutrinador. Recordações</i> – JOSÉ EMMANUEL BURLE FILHO	627
<i>Uma breve genealogia do interesse público</i> – JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI	635
<i>Direito Administrativo e Inovação: limites e possibilidades</i> – JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA	665
<i>Agentes públicos de linha de frente: a ponta criadora do Direito Administrativo</i> – JULIANA BONACORSI DE PALMA	681
<i>Regimes da desapropriação: a crítica de Hely Lopes Meirelles</i> – KARLIN OLBERTZ NIEBUHR	701
<i>Direito Administrativo</i> – LUCAS ROCHA FURTADO	719
<i>Estado Democrático de Direito e controle judicial de uma Administração Pública complexa – Breves reflexões</i> – LUIZ EDSON FACHIN e ROBERTO DALLEDONE MACHADO FILHO	748
<i>Imprevisão, incompletude e risco: uma contribuição da teoria econômica aos contratos administrativos</i> – LUIZ FUX e ANDRÉA MAGALHÃES	760
<i>Serviços de interesse econômico geral no Brasil: os invasores</i> – MARÇAL JUSTEN FILHO	785
<i>O combate à corrupção: faltam instrumentos jurídicos?</i> – MARCELO FIGUEIREDO	820
<i>Da extensão do controle judicial da Administração Pública em face do princípio da moralidade administrativa</i> – MÁRCIO CAMMAROSANO	836
<i>O mundo que Hely não viu: governança democrática e fragmentação do Direito Administrativo. Diálogo entre a teoria sistêmica de Hely e os paradigmas atuais do Direito Administrativo</i> – MARCOS A. PEREZ	851
<i>O Mandado de Segurança antes e depois de Hely Lopes Meirelles</i> – MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO	870
<i>O direito administrativo da crise</i> – MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	885
<i>O uso remunerado da faixa de domínio por concessionária de serviços públicos na visão do STJ</i> – MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES	897
<i>Variações sobre um tema de Hely: moralidade administrativa</i> – ODETE MEDAUAR	910
<i>Disposições constitucionais transitórias na reforma da previdência: proteção da confiança e proporcionalidade</i> – PAULO MODESTO	915
<i>Dever de coerência na Administração Pública: precedentes administrativos, praxe administrativa, costumes, teoria dos atos próprios e analogia</i> – RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA	955
<i>Reabilitação de empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública</i> – RAFAEL WALLBACH SCHWIND	974
<i>Conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade administrativa: revisitando o tema</i> – REGINA HELENA COSTA	993
<i>Mecanismos de prevenção e combate à corrupção: as leis anticorrupção e os códigos de ética no âmbito dos municípios brasileiros</i> – REGINA MARIA MACEDO NERY FERRARI	1015

<i>Limitações administrativas sobre a arte (exercício do poder de polícia – visão em paralaxe)</i> – REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	1029
<i>Hely Lopes Meirelles e o direito retributivo dos servidores públicos</i> – RICARDO DIP	1051
<i>A tradicionalidade e os requisitos estabelecidos pelo STF como fundamentos constitucionais dos processos administrativos de demarcação das terras indígenas</i> – ROBERTA JARDIM DE MORAIS e RAFAELA DORTAS	1056
<i>Serviço social autônomo. “Sistema S”</i> – ROBERTO ROSAS	1077
<i>Ética pública e moralidade administrativa no Estado Democrático de Direito</i> – ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO	1085
<i>A execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública no CPC de 2015</i> – SERGIO BERMUDES	1100
<i>Por uma nova (e diferente) Lei de Licitações</i> – SERGIO FERRAZ	1105
<i>Integração metropolitana e a prestação de serviços públicos de interesse comum</i> – SÉRGIO GUERRA	1115
<i>Duração de convênios administrativos: aspectos gerais e o caso dos convênios de regulação de serviços de saneamento básico por consórcio público</i> – THIAGO MARRARA ...	1130
<i>Análise crítica do Substitutivo ao Projeto de Lei 3.729, de 2004</i> – TOSHIO MUKAI	1151
<i>A interpretação do Direito Administrativo</i> – VALMIR PONTES FILHO	1167
<i>Como o Estado pode celebrar Contrato de Impacto Social/CIS?</i> – VERA MONTEIRO e ANDRÉ ROSILHO	1172
<i>Revisitando os poderes do administrador público</i> – VITOR RHEIN SCHIRATO	1189